

Agenda Nacional

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S. Paulo, 26.1.2002

A reforma da previdência é necessária, e a orientação que lhe está dando o novo governo é correta. Entretanto, não é tão prioritária quanto a imprensa está deixando transparecer através da grande cobertura que lhe está dando, porque seus efeitos só se materializarão no médio prazo, e porque, ao contrário do que se afirma, não é condição para que se alcance o equilíbrio macroeconômico. Aceitar a prioridade das reformas é aceitar a agenda que Washington e Nova York nos propõe desde os anos 80. É o país ser incapaz de formular sua própria agenda. As reformas institucionais, e entre elas principalmente a da previdência, são uma condição da modernidade brasileira, mas existem questões mais urgentes.

Considerando os compromissos de campanha e a instabilidade macroeconômica, creio que são duas as prioridades do novo governo: levar adiante o programa Fome Zero e começar a firmemente reduzir a taxa básica real de juros para níveis compatíveis com a classificação de risco do Brasil.

Sem lograr baixar a taxa de juros e manter a taxa de câmbio real nos níveis atuais, não haverá retomada do desenvolvimento, não haverá aumento do emprego e dos salários, e portanto o governo Lula terá fracassado na área econômica. Para baixá-la a equipe econômica terá que ter coragem e habilidade para enfrentar o mercado financeiro, o qual adota teorias econômicas tão convencionais quanto equivocadas para pressionar pela manutenção da taxa básica (Selic) de juros nos níveis reais atuais. Esta está em torno de 11 por cento ao ano, quando em outros países com classificação de risco semelhante à do Brasil é de 3 a 4 por cento.

Além dessas duas grandes prioridades, há a prioridade da gestão, da administração das políticas públicas adotadas por cada ministério. Há muita coisa que precisa ter continuidade, porque atende aos interesses do país, e outras que precisam ser mudadas.

É prioritário, por exemplo, dar continuidade à política de ciência e tecnologia, que Ronaldo Sardenberg e Carlos Pacheco conduziram; à política comercial de Sérgio Amaral e Celso Lafer; à política de avaliações do ensino que Paulo Renato e Maria Helena Castro promoveram; à política de reforma agrária que Raul Jungman geriu; à política de defesa dos direitos humanos, que Gregori e Pinheiro dirigiram; à política agrícola de Pratini de Moraes; à política de controle dos convênios médicos e de promoção dos medicamentos genéricos de Serra e Barjas Negri desenvolveram; à

política de aperfeiçoamento da arrecadação tributária que Everardo Maciel administrou; à instalação da advocacia geral da União que os diversos procuradores gerais da república conduziram; e à política de reforma da gestão pública e de valorização das carreiras típicas de Estado que iniciei.

Em relação àquelas políticas é perigoso querer inventar a roda. Continuidade, porém, não significa que mudanças não sejam possíveis e desejáveis. O governo Lula conta com ministros competentes, que certamente serão capazes de inovar.

Em algumas áreas, como na da política externa, já houve avanço: a liderança assumida pelo Brasil em relação à crise da Venezuela, e a reformulação da política energética promovida pela nova Ministra de Minas e Energia. Há outras áreas em que novas idéias e novas iniciativas são fundamentais. Esse é o caso, por exemplo, da política de defesa da empresa nacional, que precisa ser formulada. Da política cultural, que precisa concentrar-se na afirmação da identidade nacional do país, e rever radicalmente o sistema de incentivos. Da política de planejamento econômico, que precisa voltar a ser estratégica. Da política de segurança, que ainda não teve o encaminhamento necessário. O Ministério Público, finalmente, precisa contar com o apoio do Executivo, como contou no governo Fernando Henrique, para poder defender o patrimônio público com efetividade.

Estas considerações dizem respeito à agenda política do país. Que não é uma questão de somenos. É um dos pontos centrais em torno do qual se desenvolve a política. Colocar uma questão na agenda do país, torná-la objeto do debate público, é uma das atividades políticas fundamentais nas democracias modernas.

Uma das missões centrais do novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é contribuir para a definição dessa agenda. Quem constrói a agenda de uma nação é a sua sociedade e seu governo. Se estes não o fizerem, não faltarão voluntários alheios aos interesses nacionais que nos dirão o que fazer, para termos credibilidade...

O Brasil, porém, é um país muito grande, e já tem uma democracia suficientemente desenvolvida para aceitar conselhos externos. Para que possamos retomar a Revolução Nacional Brasileira, iniciada nos anos 30 mas há muito interrompida, teremos que definir nossa própria agenda, e resolver por conta própria nossos próprios problemas.